



# Atenção básica abre novo ciclo ao farmacêutico

Jaldo de Souza Santos,

Presidente do Conselho Federal de Farmácia  
E-mail: presidência@cff.org.br

Os meus 50 anos como farmacêutico me privilegiaram com o direito de ser expectador e agente de episódios profundos e transformadores da história da Farmácia, no Brasil. Agora, a História me reserva, mais uma vez, igual direito. Este novo momento dividirá as "águas" da profissão, com a edição da Portaria 698/06, que garante o custeio dos serviços profissionais em todo o conjunto da atenção básica na saúde pública.

Eu diria que a publicação da norma é algo histórico e encerra uma luta de cerca de uma década do Conselho Federal de Farmácia, antes, batendo de porta em porta de autoridades sanitárias para mostrar-lhes a importância da participação do farmacêutico nesse setor da saúde pública, e, depois, sabendo articular, com extrema habilidade, com as representações das secretarias municipais e estaduais de Saúde (o Conass e o Conasems) e abrir negociações, no momento crucial da elaboração da Portaria. Por pouco, não fosse o CFF, ela seria mais uma medida árida, caída no vazio da desassistência farmacêutica.

É que o texto da Portaria, já concluído e a caminho da publicação no "Diário Oficial da União", não contemplava o custeio dos serviços farmacêuticos. Foi quando o CFF entrou em campo para reabrir as negociações. E conseguiu que fosse reescrito o texto da Portaria, desta vez, assegurando recursos para custear a contratação de farmacêuticos.

Vale salientar que esta foi uma luta do CFF e de todos - de outras organizações farmacêuticas, de universidades e de tantos atores que, como nós, não aceitávamos a ausência do farmacêutico na atenção básica por questões legais e sanitárias. Por isso, gostaria de comemorar com todos os farmacêuticos e com a sociedade esta vitória.

Saliento o empenho do DAF (De-

partamento de Assistência Farmacêutica) do Ministério da Saúde nesta luta. Mas, em especial, aplaudo a dedicação pessoal do então Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que nos ouviu, que recebeu a nossa proposta e se sensibilizou com a nossa causa. Foi ele quem definiu a Portaria.

Alguém pode lembrar - como lembrou - que o farmacêutico já vinha participando da atenção básica. É verdade. Contudo essa participação ainda é pífia (menos de 20% dos mais de 5.500 Municípios brasileiros contrataram o profissional, com esse objetivo), desarticulada e improvisada, na maioria das vezes. Agora, os serviços farmacêuticos serão sistemáticos e obrigatórios, em todos os Municípios.

Mas a alegria com que trago esta notícia tem o mesmo tamanho da necessidade de enfrentar uma nova luta que se inicia, agora, pela qualificação profissional. A finalidade é que o farmacêutico abrace este novo desafio com capacidade técnico-profissional e possuidor de uma visão histórica ampla sobre o seu tempo e sobre o Sistema Único de Saúde. O SUS experimenta uma complexa reestruturação cujo objetivo é alcançar o princípio da universalidade no acesso aos serviços e produtos de saúde previstos na Constituição Federal. É neste contexto que o farmacêutico entra para a atenção básica.

Para a maioria, tudo será novo: a atuação dentro de uma equipe multiprofissional, o contato direto com o usuário do medicamento, a responsabilidade diante de um universo grande de pacientes, a percepção complexa que terá de possuir sobre saúde pública, o SUS, este emaranhado para o qual devem se voltar os esforços dos gestores e profissionais do setor. E, obviamente, de toda a sociedade, que é a mantenedora e beneficiária do Sistema.

A publicação da 698/06 não en-

terra apenas uma longa luta, mas um ciclo. A atuação do farmacêutico na atenção básica, inclusive no PSF (Programa Saúde da Família), além de outros programas ligados a doenças, como a Aids, a diabetes, a hipertensão, inaugura um ciclo identificado pelo encontro do farmacêutico com as necessidades sanitárias e sociais da população brasileira, dentro do setor público, com recursos federais exclusivos para o custeio de suas ações.

Ele estará, junto a outros profissionais, na ponta do atendimento do maior sistema de saúde público do mundo. É uma responsabilidade desafiadora. Mas o farmacêutico rompeu séculos, vencendo desafios.

Tenho dito que estivemos incontáveis vezes com ministros da Saúde e demais autoridades sanitárias, buscando convencê-los do óbvio. Ou seja, seria necessário mesmo provar a importância dos serviços farmacêuticos na saúde pública? Não bastaria o exemplo dos países desenvolvidos? Ou o Brasil, com décadas de erros, é que estaria certo? Alegações de que a contratação de farmacêutico significaria despesa não convenciam. Provamos que a economia gerada pelos nossos serviços superaria as despesas com nossas contratações.

Ninguém mais aceitava que o profissional da saúde da estatura técnico-científica do farmacêutico, dotado de conhecimentos e qualificações, que, nos últimos dez anos, deflagrou uma importante revolução no seio da Farmácia, chamada atenção farmacêutica, focada não apenas no medicamento, mas no paciente usuário do medicamento, continuasse exilado da saúde. Na atenção básica, o medicamento é um eixo fundamental. Como é que o farmacêutico, a autoridade em medicamento, não participava do contexto?

A Portaria 698/06, concluída, publicada no "Diário Oficial da União", em três de abril de 2006, cria blocos de financiamento, entre eles **a atenção básica e a assistência farmacêutica**. Diz que os recursos federais para o custeio das ações e serviços de saúde serão transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, de forma automática, fundo a fundo. A Portaria abre espaço para a contratação de cerca de 22 mil farmacêuticos, em todo o País. Dissemos que o farmacêutico é imprescindível à atenção básica. As suas ações irão provar isso.